



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Saúde

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pagamentos com cartão. Resposta genérica. Necessidade de manifestação do ente público. Recurso provido.

**DECISÃO OGE/LAI nº 275/2017**

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Secretaria da Saúde, número SIC em epígrafe, para acesso às informações sobre os pagamentos feitos com cartão de pagamento de despesas a empresa, contendo nome do portador, data, valor e descrição dos itens comprados, bem como cópia das notas fiscais referentes a tais despesas, de 2000 até o presente momento.
2. Em resposta, o ente indicou o Portal da Transparência Estadual. Em grau recursal, a Pasta manteve-se inerte, o que ensejou o presente recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015. Instada a sanar a supressão de instância, a Secretaria manteve-se inerte.
3. Primeiramente, recorda-se que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da administração pública, buscando assegurar o acesso a dados, documentos e informações disponíveis e custodiadas pelo Estado, nos termos do artigo 11.
4. No caso em tela, o acesso às informações requeridas parece estar assegurado pela Lei, não tendo sido apresentado até o momento qualquer argumento com vistas a excepcionar o paradigma de transparência promovido pela legislação vigente.
5. A demanda poderia ter sido já atendida se o endereço eletrônico indicado para consulta fosse específico e detivesse os dados almejados, e não genérico, incapaz de propiciar o caminho exato para a obtenção das informações indicadas no pedido. A mera indicação, genérica ou imprecisa, do Portal da Transparência, de página da internet ou do Diário Oficial, como base de pesquisa, não exime o ente do dever de conceder ao cidadão a informação pública solicitada. Diferente seria, naturalmente, se apontado o exato endereço eletrônico ou enviado o link direto para a informação, hipóteses que não ocorreram no caso em análise.


5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Por derradeiro, importa salientar que, em pedidos anteriores, matéria similar foi apreciada por esta Ouvidoria Geral do Estado, com manifestação da Procuradoria de Assuntos Tributários, o Parecer PAT nº 023/2015, aprovado pelo Procurador Geral do Estado, segundo o qual notas fiscais em posse do órgão responsável pela contratação podem ser fornecidas, por não terem sido adquiridas em virtude de atividade tributária.
7. No caso em apreço, parece ser justamente esta a questão. O requerente solicitou acesso às informações da Secretaria na qualidade de contratante, a ensejar atendimento.
8. Diante do exposto, constatada a falta de atendimento da demanda até o presente momento, com indicação imprecisa dos dados em transparência ativa, e ausente qualquer justificativa para afastar a regra geral da publicidade, **conheço do recurso**, e no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 20, incisos I e IV, do Decreto nº 58.052/2012, devendo-se, nos termos do §2º do artigo 20 do aludido Decreto, adotar as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 5 de dezembro de 2017.

  
**GUSTAVO UNGARO**  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO